

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.040 - RJ (2018/0139914-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : MARIA GUILHERMINA DE CASTRO SOBRAL**  
**AGRAVADO : SILVIA REGINA PEREIRA DE MEDEIROS**  
**AGRAVADO : JOSE MILFONT RODRIGUES**  
**AGRAVADO : SHIRLEY HIRSZMAN**  
**AGRAVADO : ARNOR CARNEIRO PEREIRA**  
**AGRAVADO : LUCAS BATISTA DE CASTRO**  
**AGRAVADO : RENATO MOREIRA FILHO**  
**AGRAVADO : BARTOLOMEU TORQUATO FERNANDES**  
**AGRAVADO : GILDO JUAREZ CUNHA ROSA**  
**ADVOGADOS : MARISTELA AGONIA DOS SANTOS PINTO E OUTRO(S) -**  
**RJ060543**  
**THIAGO BRANDT - RJ185951**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA NACIONAL contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão do TRF da 2ª Região assim ementado (e-STJ fl. 121):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL. PROPRIEDADE COMPROVADA POR DECLARAÇÃO DE BENS ANEXA À DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS INDEVIDOS.

1 -O empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de combustível e sobre a aquisição de veículos novos ou usados foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, publicado em 24 de julho de 1986 e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 121.336/CE, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence (DJU 26/06/1992).

2 - Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis, é suficiente a apresentação de cópia da declaração de bens anexa à declaração do Imposto de Renda, para a comprovação da propriedade do veículo, durante o período de incidência do mencionado tributo. Precedente do STJ: AgRg no REsp 929802 SP 2007/0043493-1; TI -Primeira Turma; Rel. Min. Denise Arruda; DJ de 29/11/2007.

3 -A União não foi sucumbente em parte mínima do pedido, a ponto de incidir a regra do parágrafo único do art. 21 do CPC. Compensação da verba honorária mantida, com base no art 21, caput, [...]

4 - Apelação conhecida e improvida. Sentença confirmada.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 130/134).

No recurso especial, a Fazenda aponta violação dos arts. 21, *caput*, 21, parágrafo único, 467, 468, 471, 473, 474 e 535, II, do CPC/1973. Em suas razões, aduz que (e-STJ fl. 140/144):

o v. acórdão recorrido não se manifestou sobre as questões levantadas nos embargos de declaração opostos pela União, às fls. 119/122, deixando de

sanar as omissões, contradições e obscuridades apontadas no referido recurso, incorrendo, assim, em clara ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

Como foi demonstrado pela Fazenda Nacional nos embargos declaração de fls. 119/122, a apreciação dos artigos 21, caput, 21, § único, 467, 468, 471, 473, 474 e 535, II, do CPC, todos devidamente prequestionados, mostra-se ESSENCIAL ao deslinde da questão posta em juízo, pois tais dispositivos são indispensáveis ao correto deslinde da controvérsia.

Por certo, a alegação de que existe coisa julgada acerca da forma como deve ser provada a propriedade dos veículos automotores deveria ter sido analisada pelo acórdão recorrido, eis que é essencial para o deslinde da controvérsia. Muito embora a Fazenda Nacional tenha chamado atenção para esse fato, o acórdão recorrido omitiu-se na análise do tema.

[....]

Trata-se, originalmente, de embargos à execução, onde a Fazenda Nacional impugna a execução de título executivo judicial, extraído de ação ordinária, na qual teria sido reconhecido aos exequentes o direito de repetição dos pagamentos efetuados a título de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustível para veículos automotores.

A sentença, de fls. 97/102, considerou que a propriedade do veículos automotores poderia ser provada através de apresentação de cópia do IPVA, declaração do DETRAN ou cópia da declaração de ajuste anual de imposto de renda (fls. 93/94). O Acórdão atacado seguiu a mesma linha.

Entretanto, existe coisa julgada acerca da forma como deveria ser provada a propriedade dos veículos automotores no curso da execução, conforme se observa do comando judicial que se extrai da ação ordinária, processo nº 92.0022550-0.

Conforme já destacado pela Fazenda Nacional, a referida coisa julgada determinou que a propriedade dos veículos deveria ser provada através de comprovante de propriedade dos veículos, IPVA ou certidão do DETRAN, não havendo qualquer autorização para que a citada prova fosse realizada através de declaração de imposto de renda (fls. 101/102).

Portanto, existe uma decisão judicial (transitada em julgado) que determina expressamente a forma como deve ser produzida a prova de propriedade, não havendo espaço para que tal tema seja objeto de nova decisão judicial.

[....]

Dessa maneira, a declaração de imposto de renda não pode ser utilizada para se provar a propriedade dos veículos, tendo em vista que existe comando judicial anterior (transitado em julgado), que determina a forma como deve ser realizada tal tipo de prova.

No que tange aos honorários advocatícios, o comando judicial também merece reforma, pois desconsiderou que a Fazenda Nacional decaiu de parte mínima do pedido, fato que justifica a condenação dos recorridos em honorários advocatícios, conforme artigo 21, § único do CPC, in verbis.

[....]

Diante disso, é evidente que o acórdão atacado deve ser reformado, condenando-se os recorridos em honorários advocatícios.

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que incidiria ao caso a Súmula 7 do STJ e de que não teria havido ofensa ao art. 535 do CPC/1973 (e-STJ fl. 161).

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inadequação dos aludidos fundamentos.

Passo a decidir.

"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Feita essa consideração, cabe ressaltar, inicialmente, que o recurso especial tem origem em embargos à execução ajuizados pela Fazenda Nacional, julgados parcialmente procedentes em primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 94/96).

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento ao recurso de apelação. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 118/119):

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.
2. A União Federal se insurge contra sentença que julgou parcialmente procedentes os Embargos, sob o fundamento de não terem sido juntados documentos que comprovem a propriedade dos veículos nos anos em que houve a incidência do empréstimo compulsório sobre a aquisição de combustíveis.

O empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de combustível e sobre a aquisição de veículos novos ou usados foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, publicado em 24 de julho de 1986 e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 121.336/CE, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence (DJU 26/06/1992).

O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que, nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis, é suficiente a apresentação de cópia da declaração de bens anexa à declaração do Imposto de Renda, para a comprovação da propriedade do veículo, durante o período de incidência do mencionado tributo.

[...]

No caso entelado, resta comprovado nos autos da ação ordinária em apenso, por meio das declarações de bens anexas às declarações do Imposto de Renda, que o Embargado Renato Moreira Filho era proprietário de veículo de 1986 a 04/08/1988 (fls. 15/16), que Gildo Juarez Cunha Rosa foi proprietário no ano de 1987 (fls. 27v, 29v e 30v) e Lucas Batista de Castro declarou o automóvel na declaração do ano base de 1986 (fl. 42).

Destaco que, por omissão da Contadoria, os cálculos relativos aos três embargados acima mencionados não foram realizados, tendo, todavia, o Juízo singular determinado na sentença a apresentação de cálculos em relação a eles nos autos da ação ordinária.

No tocante à condenação ao pagamento da verba honorária, também não assiste razão à União Federal.

De acordo com a petição inicial dos Embargos, a União apurou como devido a todos os Embargados a quantia de R\$ 1.259,06, tendo excluído diversos deles por entender que a declaração de bens referentes ao Imposto de Renda não é prova hábil de propriedade de veículo, e alegou a existência de excesso de execução no valor de R\$ 12.182,08. No entanto, de acordo com os cálculos elaborados pelo Contador do Juízo, o valor total do débito, com o qual concordou a União Federal, chega a R\$ 15.669,74, o que demonstra não ter sido sucumbente em parte mínima do pedido, a ponto de incidir a regra do parágrafo único do art. 21 do CPC.

3. Ante o exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento, para confirmar integralmente a sentença proferida pelo Juízo a quo. É como voto.

Pois bem.

No que concerne à transgressão do art. 535 do CPC/1973, diante da alegada omissão na análise das teses levantadas nos embargos de declaração, o recurso não merece provimento.

Explico.

Nos termos da jurisprudência dessa Corte Superior, "[...] o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes, quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto" (AgInt no REsp 1.383.955/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018).

Nessa linha, destaco, ainda:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. IMÓVEL CONSTRUÍDO IRREGULARMENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada.

2. O juiz não está obrigado a enfrentar todas as questões postas pelas partes, conforme preceituam os arts. 130 e 131 do CPC de 1973, se elas não tiverem relevância para a solução da lide, como se observa pela leitura do acórdão recorrido, que resolveu fundamentadamente todos os pontos importantes postos nos autos.

3. A indicada afronta aos arts. 1º, 165, 245, 252, 330, 331, 342, 400, 554 e 555 do CPC de 1973 não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esses dispositivos legais. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido.

(REsp 1580378/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem apoiou sua decisão na jurisprudência pacífica do STJ de que, "nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis, é suficiente a apresentação de cópia da declaração de bens anexa à declaração do Imposto de Renda, para a comprovação da propriedade do veículo, durante o período de incidência do mencionado tributo" (e-STJ fl. 131).

Dessa forma, correta a rejeição dos embargos de declaração, quando o Tribunal de origem, apesar de não ter examinado a questão sob o prisma sugerido pelo recorrente, resolve a contenda, de forma fundamentada, com amparo em razões distintas, mas aptas, por si sós, a emprestar fundamento de validade ao acórdão questionado, razão pela qual deve-se concluir pela ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

Superada essa questão, o recurso não merece ser conhecido em relação às alegadas violações dos arts. 467, 468, 471, 473, 474 do CPC/1973, diante da ausência de prequestionamento da matéria, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Incide, à hipótese, a Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*").

Sobre a questão:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL FUNDADO NO CPC/73. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. PRESCRIÇÃO. COISA JULGADA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

[....]

3. O Tribunal de origem não se pronunciou sobre a tese defendida no recurso especial acerca da alegada violação aos arts. 11 e 13, I, da Lei nº 8.397/92, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração, nem houve indicação no apelo raro de afronta ao art. 535 do CPC/73. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. Agravo interno de Kenton do Brasil Comercial Ltda. a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.343.211/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 07/08/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU PELA EXIGIBILIDADE DO DIREITO. ALEGADA FALTA DE REGULAMENTAÇÃO. INFRINGÊNCIA AO ART. 103 DA LEI 8.212/91. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

[....]

III. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que a tese recursal de ausência de regulamentação, para fins de cobrança das contribuições sociais, vinculada ao dispositivo tido como violado - art. 103 da Lei 8.212/91 -, não foi apreciada, no voto condutor, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem, incidindo o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Embora o recorrente tenha oposto Embargos de Declaração, em 2º Grau, para fins de prequestionamento do dispositivo tido por violado, o Tribunal a quo não decidiu tal questão, incidindo, nesse passo, o óbice da Súmula 211/STJ. Não havendo sido apreciada a questão, mesmo após a oposição dos Declaratórios, a parte deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 535, II, do CPC/73, o que não fez, contudo.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.346.250/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018).

Por fim, o pleito atinente à condenação dos recorridos em honorários advocatícios, ao argumento de que a Fazenda teria decaído de parte mínima do pedido (e-STJ fl. 144), não encontra amparo na via eleita, na medida em que a alteração da conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* sobre a questão demandaria o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Sobre o tema, "o entendimento do STJ é no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, vedado pela Súmula 7/STJ" (AgInt no AREsp 1.013.012/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ISSQN. EMBARGOS DO DEVEDOR. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. SÚMULA 282 DO STF.

1. Por força da Súmula 7 desta Corte Superior, o recurso especial não serve à revisão de acórdão cuja conclusão resulta do exame do conjunto fático-probatório dos autos.
2. Na hipótese, não há como analisar a ocorrência de decadência para o fisco revisar o lançamento por meio de lavratura de auto de infração complementar, porquanto o acórdão recorrido não explicitou os marcos temporais necessários a essa aferição, sendo imprescindível o reexame do acervo probatório para sua verificação.
3. Igualmente, há necessidade de reexame de matéria fática para análise da pretensão referente à extinção do crédito tributário pelo pagamento e à sucumbência mínima.

4. A tese de que a recorrente não seria contribuinte do tributo não foi objeto de prequestionamento no âmbito da Corte local, razão pela qual o recurso não pode ser conhecido, conforme entendimento contido na Súmulas 282 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 78.144/BA, de minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 03/08/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA MUNICIPAL. MOTIVAÇÃO CONSTITUCIONAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO E FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo reformou parcialmente sentença de procedência dos Embargos à Execução Fiscal ajuizados pela União, que se insurge contra a não possibilidade de cobrança de taxa de limpeza pública.
2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.
3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que os artigos 77, 78 e 79 do CTN reproduzem as regras previstas no artigo 145 da Constituição

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Federal, razão pela qual não é possível o exame daqueles dispositivos infraconstitucionais pelo STJ, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Quanto aos honorários, o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame no âmbito do Recurso Especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.666.035/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator